

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A FORMAÇÃO DE EDUCADORES EM FOCO

Solange Cristina da Silva,
Docente Centro de Educação a Distância/UDESC
Email:solange.silva@udesc.br

Débora Marques Gomes
Técnica universitária do Centro de Educação a Distância
Email: debora.gomes@udesc.br

Karoliny Petry
Docente da Universidade do Estado de Santa Catarina
Email: karolinypetry@gmail.com

RESUMO

O presente artigo refere-se ao relato sobre o programa de extensão intitulado “Educação Inclusiva: A formação de educadores em foco”. Este programa articula três ações de extensão na área da inclusão, sendo elas: Mostra Inclusiva, Curso Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Autismo e Curso Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Deficiência Visual. Foi desenvolvido durante o ano de 2014, vinculado ao Laboratório de Educação Inclusiva- LEdI/UDESC. Teve como objetivo a formação de educadores da rede pública de ensino de Santa Catarina na área de educação especial e a visibilidade e empoderamento de artistas catarinenses com deficiência. Buscando assim, contribuir para a construção de uma educação cada vez mais inclusiva nas escolas e a inclusão social por meio das artes.

Palavras-Chave: Extensão universitária, Educação Inclusiva, Educação a Distância, Formação de Professores, Artes.

ABSTRACT

This article refers to the report on the outreach program entitled "Inclusive Education: The training of educators in focus." This program articulates three extension actions in the area of inclusion, namely: Shows Inclusive, Educational Service Specialist Course for Person with Autism and Educational Specialized care for People with Visual Impairment Course. Was developed during the year 2014, linked to the Laboratory of Education Inclusiva- LEdI / UDESC. Aimed at the training of teachers of public schools in Santa Catarina in the area of special education and provide visibility and empowerment to catarinenses artists with disabilities. Seeking thereby to contribute to the construction of an increasingly inclusive education in schools and social inclusion through the arts and play activities and entering the environment where they live.

Key words: Continuing education, Inclusive Education, Distance Education, Teacher Training, Arts.

INTRODUÇÃO

No cenário educacional nacional, a inclusão está garantida legalmente. Apesar de estar sendo introduzida com força nos diferentes espaços, sua prática vem sendo desenvolvida ainda de forma lenta e enfrentando diversos desafios. Apesar do respaldo jurídico, a proposta de inclusão no que se refere ao espaço escolar continua em processo de efetivação, considerando a demanda de uma reorganização estrutural, social e atitudinal, bem como a formação dos profissionais da educação para que possam atender adequadamente à todos os educandos. Acreditamos que um fator na construção do preconceito e consequente exclusão, é a desinformação. E, nesse sentido, o Programa de Extensão “Educação Inclusiva: a formação de educadores em foco” pretende alcançar profissionais da área da educação e comunidade disseminando as informações necessárias para que o distanciamento entre as proposições legais e a realidade sejam minimizadas contribuindo assim, com o processo de inclusão.

Este programa foi desenvolvido durante o ano de 2014 e está vinculado ao Laboratório de Educação Inclusiva- LEdI/UEDESC. É composto por três ações de extensão na área da inclusão: Mostra Inclusiva, Curso Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Autismo e Curso Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Deficiência Visual.

A Mostra Inclusiva teve como objetivo a criação de um espaço para expressão artística e cultural da pessoa com deficiência, bem como para sujeitos com transtorno global do desenvolvimento, possibilitando assim a visibilidade e empoderamento desses grupos. O Curso Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Autismo teve como objetivo a formação de professores que atuam junto ao Atendimento Educacional Especializado da rede pública de Santa Catarina sobre a temática do transtorno do espectro do autismo. Do mesmo modo, o Curso Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Deficiência Visual objetivou igualmente a formação de professores do Atendimento Educacional Especializado da rede pública do Estado no que concerne a deficiência visual.

Com essas ações pretendemos contribuir para melhorar a qualidade da educação oferecida nas escolas públicas do nosso Estado e possibilitar maior inclusão das pessoas com deficiência e transtorno global do desenvolvimento.

A pessoa com deficiência em cada época histórica era vista e tratada de diferentes formas. Nos tempos remotos, na época das cavernas, a maior necessidade era manter-se vivo e sobreviver a realidade que se apresentava na maioria das vezes cruel e assustadora, cabendo nessa corrida pela sobrevivência, a atitude de deixar as pessoas com deficiência para trás, a própria sorte. Na idade antiga, a deficiência era justificada como um castigo de Deus. A pessoa com deficiência era concebida sem alma e por tanto, justificava-se a sua eliminação. Já ao fim desse período, algumas pessoas acreditavam que todos os seres humanos tinham alma. A Idade Média foi um período de grandes contradições e ambivalência no que se refere à deficiência, o que ocasionou também ambivalência nas atitudes que iam desde a rejeição, a piedade e até a superproteção. Nesse período começam a surgir as ações de cunho social, religioso e caritativo de proteção e cuidados. Já no final da Idade Média, início da Idade Moderna, a ciência começa a estudar o corpo humano e a considerá-lo como uma máquina, mudando a perspectiva de olhar para a deficiência, passando assim a ser concebida como disfunções atribuídas a pessoa, a qual torna-se o portador do déficit. (BIANCHETTI & FREIRE, 1998)

Na Idade Moderna (Séc.XV) o capitalismo como modo de produção material e espiritual, possibilitou uma nova organização, na qual a concepção de homem estava ligada diretamente com a força de trabalho. Nesse sentido, a pessoa com deficiência só seria inserida socialmente se fosse produtiva. Assim, a ciência médica entra em cena na busca de soluções para minimizar a deficiência, como próteses, aparelhos de surdez etc. Surge aqui a necessidade de incluir os direitos destes sujeitos na legislação vigente, dando-lhes a garantia de assistência médica, educacional e financeira por meio de aposentadoria e pensão. Essas conquistas se ampliaram na Idade Contemporânea e a pessoa com deficiência passa a ter os mesmos direitos garantidos por lei a qualquer pessoa. Nesse período começa também a tentativa de propor uma educação às pessoas com deficiência. E, também, acentua-se a perspectiva médico-assistencialista. O poder da ciência médica possibilitava diagnósticos, definindo as possibilidades de educabilidade das pessoas com deficiência. (BOCK, SILVA, BECHE, 2012)

Começa então, nessa época, uma proposta de integração das pessoas com deficiência, na qual as mesmas deveriam se adequar a escola para dela fazerem parte. E, nessa perspectiva, muitos ficavam de fora, restando-lhes uma educação segregada. A inclusão surge a partir do momento em que a sociedade toma consciência de que determinados grupos não possuíam as mesmas oportunidades, tampouco estavam inseridos no contexto social de forma igualitária.

Assim, a educação especial vem modificando-se ao longo dos anos, de uma visão normatizadora, no qual a pessoa era a responsável pela superação de suas limitações, para

uma visão mais inclusiva, que propõe adequações dos espaços e eliminação de todo o tipo de barreira.

A inclusão acontece quando a escola se propõe a ser uma escola para todos, para estudantes com deficiência, de diferentes etnias, diferentes culturas etc., oportunizando igualdade de acesso a todos, considerando as necessidades de cada um.

No Brasil, apenas em 1961 foi criada a lei nº 4.024/61, na qual dá direito à educação para os chamados na época de “excepcionais”, indicando que os mesmos, no que for possível, devem enquadrar-se no sistema geral de educação, com o intuito de integrá-los na comunidade. Em 1971 altera-se a lei anterior pela lei 5692/71, alegando que crianças especiais merecem tratamento especial, reforçando a existência das escolas especiais. Em 1988 cria-se uma constituição (Art. 3º, inciso IV) fixando que a educação é um direito de todos, garantindo o desenvolvimento pessoal e igualdade de acesso e permanência nas escolas. Em 1994 surge a Política Nacional da Educação Especial fixando que aos que possuíam condições de acompanhar a turma no mesmo ritmo, devem estar matriculados em ensino regular. Em 1996 começa-se, então, a pensar no ambiente escolar como mais um elemento da inclusão. Nesse ano, cria-se a Lei nº 9.394/96 que prevê que as escolas devem dar condições materiais, estruturais, curriculares e psicológicas aos que precisarem. Em 1999 aprova-se o Decreto nº 3.298/1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, que trata da Política Nacional para a Integração das Pessoas Portadoras de Deficiência. (BOCK, SILVA, BECHE, 2012)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva é de 2008, e se constitui como um dos mais importantes documentos na área da educação especial. Essa Política tem como objetivo,

assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para os atendimentos educacionais especializados e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008, p. 06)

Como explicitado no referido documento, a formação de professores é um dos objetivos da Política que visa assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades. Sabemos que os professores, muitas vezes não estão preparados para receber o estudante com deficiência. A educação como um todo ainda está

com lacunas que demandam estudos e pesquisas. As leis e constituições nos mostram que a educação está tomando novos rumos, preocupando-se com a inclusão de todos, seja de pessoas com deficiência, seja de etnias e religiões diferentes, entre outros. A educação está em processo de mudança, para garantir aos estudantes a qualidade no ensino, tanto metodológica, quanto organizacional e estrutural.

Nesse sentido, para ocorrer inclusão no espaço educacional, é imprescindível a formação de professores. Concordamos com Costa (2011, p. 53) quando afirma que, “a formação dos professores deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente e, assim, planejar de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem dos alunos, considerando diversas possibilidades educacionais”.

Considerando esses aspectos, nos propomos a contribuir com esse processo de qualificação do ensino, realizando em 2014, o Programa de Extensão “Educação Inclusiva: A formação de educadores em foco”, que foi composto por três ações: Mostra Inclusiva, Curso Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Deficiência Visual e, Curso Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Autismo.

O evento **Mostra Inclusiva** pretendeu criar um espaço para a expressão artística da pessoa com deficiência e transtorno global do desenvolvimento em diferentes áreas e a exibição de seus trabalhos possibilitando a visibilidade e o empoderamento desses grupos, além da inclusão social possibilitada pelo referido evento. Em parceria com a Prefeitura Municipal de Florianópolis, o evento aconteceu concomitante ao 8º Seminário de Educação Especial: Direito a Diversidade, no Cambirela Hotel, em Florianópolis. Tendo como público os 250 participantes do Seminário e outros interessados que prestigiaram a Mostra.

A Mostra Inclusiva foi importante, uma vez que contribuiu para a superação da situação de exclusão, muitas vezes vivida pelas pessoas com deficiência e transtorno global do desenvolvimento. Além disso, possibilitou aos profissionais da educação, estudantes e comunidade, informações, arte e cultura inclusiva, oportunizando que os participantes superassem preconceitos, conhecessem novas formas de expressão artística, proporcionando assim um fazer mais inclusivo. A avaliação desta ação foi feita pela equipe de organização, por meio de reuniões para discutir as dificuldades e avanços, bem como os resultados obtidos.

O **Curso Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Autismo** foi um curso dividido em quatro módulos, que teve como objetivo investigar, discutir e construir metodologias, estratégias e recursos na área da comunicação, interação com o meio social e a autonomia do educando com a deficiência.

O curso foi desenvolvido no mês de outubro e novembro de 2014, com carga horária de 40 horas, sendo 32 horas na modalidade à distância pelo ambiente virtual de aprendizagem

Moodle e 8 horas presenciais no Centro de Educação Continuada da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Este curso teve 100 vagas, sendo estas para professores do Atendimento Educacional Especializado da rede pública do Município e do Estado de Santa Catarina.

Seguindo os mesmos critérios e público, temos o **Curso Atendimento Educacional Especializado para Pessoas com Deficiência Visual**. Este curso teve 100 inscritos e foi desenvolvido nos meses de agosto e setembro do mesmo ano, com carga horária de 40 horas, também na modalidade à distância com momentos presenciais.

A avaliação de ambos os cursos pelos participantes foi feita por meio de um formulário online elaborado pela equipe de organização e com base nessa avaliação foram analisados diferentes aspectos que podem suscitar elementos de pesquisa para qualificação dessa formação. Apesar da avaliação de forma geral ter sido positiva, alguns aspectos levantados sobre a organização e estrutura do curso no *Moodle* como, por exemplo, pouco tempo para a realização das tarefas e de curso, vídeos sem legenda ou audiodescrição, entre outros, suscita revermos outros aspectos, por exemplo, sobre acessibilidade e usabilidade nos cursos de extensão. Nestes cursos não foram considerados os diferentes perfis de aprendizagem e, dentro de uma proposta de respeito às diferenças não contemplou vários quesitos, como por exemplo, o tempo de cada estudante, a necessidade do uso de diferentes mídias com o mesmo conteúdo e diferentes alternativas para a leitura e expressão. Os conteúdos foram oferecidos na forma de texto e diferentes conteúdos em vídeos. A exigência de resposta dos/as estudantes teve um único padrão – o da escrita. A rigidez na organização e estrutura do ambiente virtual de aprendizagem dificulta o acesso igualitário a todos os estudantes ao conhecimento e seu processo de aprendizagem. E este, é um aspecto que necessita ser aprimorado na construção de novos cursos.

No entanto, considera-se que ambos os Cursos foram importantes, pois possibilitou a formação de profissionais da educação especial, que atuam nas escolas públicas, e conseqüentemente à qualificação dos serviços oferecidos nesses espaços, contribuindo com a inclusão educacional das pessoas com deficiência.

CONCLUSÃO

A inclusão está posta, mas não basta oferecer o acesso do estudante com deficiência à escola. Visto que, incluir pessoas com deficiência no contexto educacional atual muitas vezes precário, não rompe com o circuito da exclusão. É preciso oferecer um ensino que seja de

qualidade para todos, possibilitando um trabalho pedagógico efetivo que considere as diferenças. E, para tanto, é imprescindível a formação de profissionais da educação.

Nesse sentido, o ensino, a pesquisa e a extensão devem se unir em prol da formação de professores, visando a qualificação do ensino nas escolas brasileiras. E, a Universidade, cumprindo seu papel social, deve fazer deste tripé indissociável a força motriz da efetivação da inclusão nas escolas.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, Lucídio. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, Lucídio, FREIRE, Ida Mara (org.) **Um Olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998.

BOCK, Geisa Letícia Kempfer. **Educação inclusiva: Caderno Pedagógico** / Geisa Letícia Kempfer Bock, Rose Clér Estivaleta Beche, Solange Cristina da Silva – 1ª edição – Florianópolis: DIOESC: UDESC/CEAD/UAB, 2012.

BRASIL. **Lei nº 4.024/61. Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1961.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, jan. 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>. Acesso em 09 set. 2014.

COSTA, V. A. da. Inclusão de alunos com deficiência: Experiências docentes na escola pública. **Revista Debates em Educação**. Maceió, v. 3, n. 5, p. 49-62 jan. /jun., 2011.